



Hamisi Abdalla Rubalati cultiva milho, mandioca e outros legumes, na terra dele, no distrito de Kisarawe, Tanzânia (2008). A Tanzânia tem recebido muito investimento estrangeiro para a agricultura nos últimos anos. Fotografia: Aubrey Wade/Oxfam.

A NOVA ALIANÇA: É NECESSÁRIO HAVER UMA NOVA DIRECÇÃO

Reformar a parceria público-privada dos G8 para a agricultura e a segurança alimentar

A Nova Aliança para a Segurança Alimentar e a Nutrição, lançada na cimeira dos G8 em 2012, prometia reduzir a pobreza para 50 milhões de pessoas ao longo dos próximos dez anos aumentando o investimento privado e o crescimento estimulado pela agricultura em determinados países africanos. Um ano depois do lançamento da iniciativa, os resultados da implementação da mesma apresentam uma visão preocupante do desempenho inicial. Os doadores, os governos dos países em desenvolvimento e as empresas participantes, têm que fazer reformas importantes, ou esta iniciativa arrisca-se a prejudicar, em vez de ajudar, os pequenos produtores.

1 INTRODUÇÃO

A última década viu ressurgir o interesse pelo investimento na agricultura. Em 2003, chefes de estado de toda a África comprometeram-se a atribuir anualmente pelo menos 10 por cento dos orçamentos nacionais para a agricultura e, através do compromisso para com o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (Comprehensive Africa Agriculture Development Programme - CAADP), para reduzir a pobreza através de crescimento estimulado pela agricultura.¹ Mais recentemente, na Cimeira dos G8 de 2009, em L'Aquila, Itália, os líderes mundiais responderam à subida rápida dos preços globais dos alimentos prometendo disponibilizar 22 mil milhões de dólares, ao longo de três anos, para promover a segurança alimentar nos países em desenvolvimento.²

A necessidade de fundos públicos ininterruptos para a agricultura continua a ser tão urgente como sempre: em toda a África subsaariana há 234 milhões de pessoas desnutridas;³ a maioria dessas pessoas, como no resto do mundo, dependem da produção de alimentos como meio de subsistência.⁴ Mas, como nota o Relatório sobre a Responsabilidade do G8 de 2013, os planos agrícolas nacionais enfrentam graves défices de financiamento, de aproximadamente 50 por cento da quantia necessária. Na linguagem moderada dos comunicados políticos, tanto os governos africanos como os doadores têm que fazer "consideravelmente mais" para eliminar o défice de financiamento.⁵

Entre orçamentos reduzidos e medidas de austeridade, os doadores e os países em desenvolvimento estão a virar-se cada vez mais para o sector privado. As parcerias público-privadas (PPPs), cujo objectivo é a mobilização dos recursos do investimento privado para concretizar objectivos de desenvolvimento, representam uma tendência emergente nesta direcção.⁶ A Nova Aliança para a Segurança Alimentar e a Nutrição, lançada na Cimeira dos G8 de 2012, é um exemplo disso. No início, a iniciativa prometia distribuir 3 mil milhões de dólares em investimentos relacionados com a agricultura, de empresas africanas e multinacionais, com o objectivo de tirar 50 milhões de pessoas da pobreza durante a próxima década.⁷

O investimento privado no sector da agricultura dos países em desenvolvimento, especialmente o investimento feito pelos próprios pequenos produtores, é essencial para dar impulso ao crescimento inclusivo. No entanto, há boas razões para que haja um certo cepticismo sobre se o investimento privado em grande escala, mesmo em PPPs bem intencionados, pode beneficiar os pequenos produtores. Como a Oxfam tem vindo a documentar repetidamente, as comunidades locais muito frequentemente não têm o poder político e a capacidade necessários para se fazerem ouvir de modo a reclamarem os próprios direitos e para garantir que os investimentos apoiam e não enfraquecem os próprios meios de subsistência, por exemplo, como resultado da apropriação ilegal de terras ou de água.⁸ Iniciativas tais como a Nova Aliança devem dirigir-se a este desafio, trabalhando com os intervenientes para desenvolver e realizar investimentos que tenham como base uma visão partilhada do desenvolvimento e se fundamentem em parcerias não somente

com empresas e governos, mas também com as organizações de pequenos produtores (OPs), a sociedade civil e as próprias comunidades locais.

Para compreender melhor a forma como a Nova Aliança está a ser implementada, a Oxfam levou a cabo um estudo de averiguação de factos em diversos dos países que inicialmente a adoptaram (especificamente o Gana, a Tanzânia e Moçambique⁹). Este documento também se baseia na experiência da Oxfam como membro do Conselho de Liderança da Aliança. O estudo não incluiu os países que aderiram à Nova Aliança em 2013. Apesar da evidência recolhida não capturar as perspectivas da comunidade no que diz respeito a actividades de investimento específicas, proporciona uma imagem das actividades actuais e das preocupações identificadas por diversos intervenientes. Os resultados retratam uma iniciativa que necessita que se corrija a trajectória em que se encontra actualmente. Estas reformas têm de abordar tanto ao processo como ao conteúdo: o processo de concepção e implementação das actividades de investimento e as reformas de políticas, assim como o conteúdo destas parcerias e os tipos de investimento que estão a ser promovidos.

Os elementos essenciais da Nova Aliança

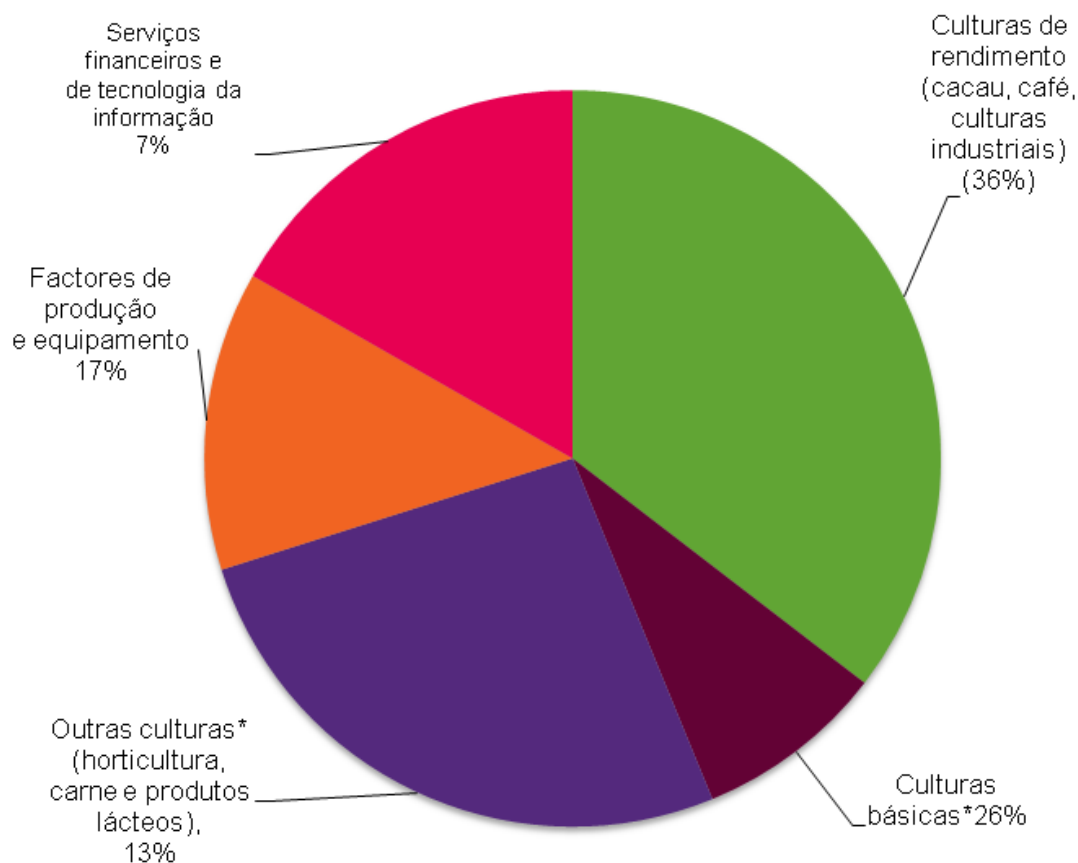
A partir do conjunto inicial de países anunciado no lançamento da Nova Aliança em 2012, a iniciativa já aumentou e inclui agora dez estados africanos – o Benim, o Burkina Faso, a Costa do Marfim, a Etiópia, o Gana, o Malawi, Moçambique, a Nigéria, a Tanzânia e o Senegal – e mais de 100 empresas.¹⁰

Para conseguir a meta de redução da pobreza que a Nova Aliança definiu para si própria, a iniciativa comprometeu-se a

- trazer à agricultura africana, os investimentos responsáveis, a experiência e a inovação das pequenas e médias empresas (PMEs), assim como de empresas multinacionais;
- os investimentos empresariais devem estar em conformidade com o CAADP, de modo a reforçar as estratégias nacionais de investimento na agricultura;
- promover as reformas de políticas para criar um ambiente propício para as empresas.¹¹

Esta combinação de investimentos visados e políticas reformadas pretende dar impulso a um crescimento inclusivo estimulado pela agricultura que possa melhorar a segurança alimentar e os meios de subsistência.¹² Os 84 investimentos empresariais nos primeiros seis países da Nova Aliança abarcam a cadeia de valor desde a produção ao processamento e ao marketing, e incluem os compromissos de 37 empresas africanas, 36 empresas multinacionais e dez iniciativas de diversos intervenientes (envolvendo diversos parceiros empresariais).¹³

Figura 1: Compromissos empresariais por categoria de investimento



*Refere-se aos compromissos relativos à produção, processamento ou contratação

Fonte: "Cooperative Framework Agreements"

As obrigações de cada parceiro na Nova Aliança – empresas, governos, e doadores – encontram-se delineadas nos Acordos-da Estrutura de Cooperação (CFAs).¹⁴ Estes documentos disponíveis ao público especificam os investimentos que as empresas se comprometem a fazer nos países da Nova Aliança e as reformas de políticas que os países concordam em levar a cabo. Os CFAs também especificam a função dos doadores e dos níveis de assistência ao desenvolvimento que se destinam à agricultura e à nutrição, frequentemente com base plurianual.¹⁵ Não há indicação alguma sobre se alguma parte do financiamento dos doadores se destinará ao co-investimento com as empresas.

A reunião dos G8 serviu como ponto focal principal para esta iniciativa a nível global, e os governos anfitriões dos países da Nova Aliança contribuíram de modo determinante para lhe dar forma a nível nacional. Grow Africa¹⁶ e o Fórum Económico Mundial também se têm envolvido bastante, particularmente numa função convocatória. Formou-se um Conselho de Liderança (CL) no final de 2012, que compreende representantes dos G8, chefes de estado ou representantes de alto nível de cinco países africanos, Directores Gerais de sete empresas participantes, uma organização da sociedade civil (OSC), e duas organizações regionais de agricultores.¹⁷ Actualmente, a Oxfam exerce funções temporárias neste organismo.

2 DESEMPENHO E PERIGOS IMPREVISTOS

Ao rever os CFAs e os materiais suplementares nos seis países iniciais da Nova Aliança e entrevistando os principais intervenientes do governo, do sector privado, das organizações de produtores, e da sociedade civil, a análise da Oxfam identificou preocupações em quatro áreas:

- participação e transparência da sociedade civil
- reformas de políticas para beneficiar as empresas
- responsabilidade, normas e salvaguardas
- impacto sobre os pequenos produtores

Alguns destes resultados não serão surpreendentes para quem tem seguido o desenvolvimento desta iniciativa desde o lançamento. Na realidade, algumas das observações feitas aqui também foram identificadas no "Relatório do Progresso de 2013" da própria Nova Aliança. Outras questões receberam menos atenção, especialmente as que dizem respeito à relação entre os investimentos da Nova Aliança e a função dos pequenos produtores, particularmente as mulheres. Estas questões afectam o modelo de investimento que está a ser promovido pela Nova Aliança, e exigem atenção urgente.

Participação e transparência da sociedade civil

Os CFAs concentram-se no papel das empresas e dos governos na Nova Aliança. No entanto, os PPs e as OSCs que representam os interesses das mulheres, das pessoas pobres das zonas rurais e dos consumidores também são intervenientes cruciais. Têm um papel a desempenhar na identificação das oportunidades de investimento, contribuindo para as discussões sobre a reforma de políticas, trabalhando directamente com as empresas participantes, e proporcionando supervisão e responsabilização por esta iniciativa. Este papel é destacado pela ênfase dada aos PPs e às OSCs no CAADP,¹⁸ que proporciona a estrutura mais abrangente para a Nova Aliança.

Até à data, e conforme destacado pelos indivíduos entrevistados pela Oxfam e no próprio "Relatório do Progressos de 2013", a participação dos PPs e das OSCs tem sido *ad hoc* e inadequada. Por exemplo, não foram envolvidos durante o desenvolvimento dos CFAs, e o processo de negociação entre os governos e as empresas não foi aberto a escrutínio público ou à participação dos pequenos produtores. Como resultado, o papel dos pequenos produtores, como principais investidores na agricultura, não tem prioridade nos CFAs.

Ao contrário do CAADP, a Nova Aliança não desenvolveu directivas que definam as funções e responsabilidades dos intervenientes, incluindo os PPs e as OSCs. Também não há padrões de referência específicos para a participação dos mesmos no desenvolvimento dos CFAs ou na implementação das actividades da Nova Aliança. Consequentemente, os protagonistas em cada país – principalmente os doadores e os funcionários do governo – são livres de decidir se e como envolver os intervenientes.

Este diálogo entre os diversos intervenientes a nível nacional e a definição de uma liderança clara para liderar e monitorizar o progresso levaram tempo a desenvolver em todos os seis países parceiros iniciais da Nova Aliança. O progresso tem sido misto... Também há uma necessidade específica de envolver a sociedade civil proactivamente neste diálogo e como parceira nos projectos de investimento.

Nova Aliança - Relatório do Progresso

Em alguns, mas não todos, os países estudados pela Oxfam, os grupos da sociedade civil declararam ter assistido a reuniões informativas *depois* da finalização do CFA do país. Nessa fase, as principais decisões relacionadas com os investimentos da Nova Aliança já tinham sido tomadas. As reuniões serviam portanto principalmente para partilhar informação em vez de informar as decisões. Os PPs e as OSCs também declararam que não tinham uma ideia clara de como as próprias contribuições poderiam influenciar a iniciativa. Esta falta de envolvimento estruturado deixou pouca possibilidade aos PPs e às OSCs de darem a conhecer as críticas que tinham a fazer sobre a Nova Aliança¹⁹ ou de lhes permitir explorar oportunidades de parcerias. Como declarou o representante de uma OSC do Gana, havia um "défice entre a participação e um diálogo construtivo" nestas consultas.

E o processo de consulta também não fez o suficiente para esclarecer os detalhes dos compromissos específicos apresentados pelas empresas. Cada CFA inclui um resumo dos detalhes dos investimentos empresariais propostos, mas as Cartas de Intenção (CdIs) assinadas entre as empresas e os governos não foram disponibilizadas ao público.²⁰

Apesar destas falhas iniciais, em alguns países identificaram-se plataformas de diversos intervenientes do CAADP, tal como grupos de trabalho e comités de organização, para proporcionarem monitorização periódica e fiscalização da Nova Aliança. Este passo importante permite encorajar um envolvimento mais consistente com os PPs e as OSCs e uma conformidade e integração mais forte com as actividades existentes do CAADP. No entanto, vai ser necessário apresentar relatórios regulares e partilhar informação mais oportuna face ao que tem acontecido até agora.

Quadro 1: Conformidade com o CAADP: a Nova Aliança corresponde às expectativas?

A Nova Aliança promete conformidade com os planos nacionais de investimento na agricultura, incluindo o CAADP, servindo para canalizar o aumento de investimento do sector privado para ampliar os planos nacionais. Portanto, como é que a conformidade do CAADP está a funcionar na prática?

- Na Tanzânia, as actividades da Nova Aliança estão em conformidade com a estratégia do Southern Agricultural Growth Corridor of Tanzania (SAGCOT – Corredor Austral de Crescimento Agrícola da Tanzânia), e não com o plano do CAADP do país. A iniciativa SAGCOT concentra-se mais estreitamente de um ponto de vista geográfico e tem uma abordagem mais orientada para o mercado do que a estratégia do CAADP.²¹
- No Gana, parece haver maior conformidade entre as actividades da Nova Aliança e as do plano do CAADP do país. No entanto, os representantes dos PPs e das OSCs mencionaram preocupações relativas ao facto de que as plataformas existentes para organizar e fiscalizar a implementação da estratégia de investimento agrícola do governo não terem até à data produzido melhor coordenação entre estas organizações e as empresas na Nova Aliança – ou seja, a conformidade ainda não parece ter resultado numa sinergia entre as empresas e os PPs.

Reformas de políticas para beneficiar as empresas

Uma participação maior de todas as formas do sector privado na agricultura africana pode ter vantagens, tais como inovação e novo capital.²² Mas estas actividades vão passar ao lado dos pequenos produtores, ou pior ainda, comprometer os meios de subsistência dos mesmos, se os investimentos não forem combinados com o apoio público bem concebido e direccionado, juntamente com políticas adaptadas para solucionar as dificuldades específicas enfrentadas pelos pequenos produtores. As mulheres em particular enfrentam um acesso desigual aos recursos e à protecção legal, exacerbando a marginalização e dificultando a concretização de oportunidades agrícolas.²³ No contexto da Nova Aliança, há uma necessidade urgente de assegurar que as políticas dêem prioridade ao desenvolvimento de um ambiente propício para os pequenos produtores – os principais investidores no sector agrícola – ao mesmo tempo que promovem investimentos empresariais responsáveis que contribuam para o crescimento económico rural, a sustentabilidade ambiental e a redução da pobreza.²⁴

A escolha das reformas de políticas incluídas nos CFAs não foi impulsionada pelas necessidades identificadas dos pequenos produtores. Conforme mencionado acima, os PPs e as OSCs não foram consultados no processo de desenvolvimento dos CFAs e por isso não tiveram uma função clara na definição do plano da reforma de políticas, apesar destas reformas poderem ter impactos de grande alcance sobre os meios de subsistência. Em vez disso, as entrevistas com os principais intervenientes sugerem que a selecção de reformas de políticas foi fortemente impulsionada pelos doadores.

Apesar de algumas das reformas identificadas poderem ser incluídas nos planos nacionais do CAADP, a inclusão destas mudanças de políticas na Nova Aliança implica dar prioridade à criação de um ambiente propício para o sector privado, em vez de apoiar os pequenos produtores de alimentos. Como notou um entrevistado no Gana, os compromissos da Nova Aliança podem ser usados como um meio de "acelerar" as reformas de modo a reduzir a voz e a influência dos pequenos produtores.²⁵

O Relatório do Progresso da Nova Aliança identifica 97 reformas de políticas que os seis países participantes iniciais concordaram em levar a cabo, juntamente com os prazos para concretizar estas mudanças. Apesar dos elementos específicos variarem de país para país, há alguma consistência nas áreas de políticas identificadas para acção.

- Todos os CFAs incluem alterações às leis e políticas agrárias. Estes compromissos vão da demarcação e registo da terra ao estabelecimento ou simplificação dos procedimentos para o arrendamento de terras, à criação de bases de dados para identificar terra apropriada para investimento. Se não se realizar dando atenção deliberada aos impactos sobre os pequenos produtores, estas políticas poderiam pôr em risco o acesso e controlo que os pequenos produtores têm sobre as terras e a água.²⁶ Na realidade, os CFAs não incluem nem fazem referência à utilização ou disponibilidade das terras, informação que é necessária para contextualizar estas reformas de políticas propostas
- A reforma das políticas relativas a sementes e factores de produção para promover maior investimento do sector privado na produção, comercialização e distribuição também é um tema constante, o que provoca

sérias preocupações sobre se os governos irão dar prioridade à adopção e aplicação de protecções estritas da propriedade intelectual das empresas em vez de aos direitos dos pequenos produtores a desenvolver, guardar, reusar, trocar e vender sementes.

- Alguns CFAs comprometem os países a diminuir os impostos e as barreiras comerciais ou a simplificar os procedimentos de licenciamento necessários para iniciar negócios. Em quatro dos seis CFAs revistos, o êxito destas reformas é medido, em parte, por uma classificação melhorada no Índice do Banco Mundial Doing Business, uma ferramenta que o Grupo Independente de Avaliação do próprio Banco criticou como sendo incapaz de assinalar compromissos entre o aumento da liberalização e os resultados do desenvolvimento.²⁷

Atendendo aos padrões de referência específicos e aos prazos curtos associados à aplicação de algumas das alterações propostas às políticas, as deliberações sobre reformas de políticas específicas, em algumas instâncias, ocorreram sem as contribuições dos PPs e das OSCs. Em Moçambique, por exemplo, as OSCs declararam terem sido apanhadas de surpresa quando as mudanças propostas à política relativa a sementes foram anunciadas no evento de lançamento da Nova Aliança no país. Estas reformas estavam aparentemente a ser discutidas há vários meses, mas os principais intervenientes da sociedade civil não tinham sido informados.

Responsabilidade, normas e salvaguardas

Os governos – tanto nos países doadores como em desenvolvimento – têm a responsabilidade principal de garantir que a Nova Aliança concretiza os objectivos de redução da pobreza. As empresas também têm a responsabilidade de garantir este êxito, mas a responsabilidade é, em primeiro lugar, dos governos nacionais. Esta responsabilidade tem de começar por um acordo geral sobre como as actividades de investimento estão ligadas aos objectivos de redução da pobreza. Também deve incluir um compromisso para proteger e promover os direitos e interesses dos pequenos produtores e das comunidades locais afectadas pelos investimentos das empresas. As ferramentas que podem levar à responsabilização necessária incluem

- normas previamente aceites, incluindo a participação e consulta significativas das comunidades e dos grupos afectados através de plataformas de diversos intervenientes;
- salvaguardas, incluindo as que têm como base as normas dos direitos humanos, para evitar impactos negativos sobre indivíduos, comunidades e o ambiente;
- monitorização robusta com objectivos e indicadores definidos para medir o impacto; e
- mecanismos claros de compensação

Estas ferramentas ainda não foram desenvolvidas até à data pela Nova Aliança, apesar da aplicação de uma Estrutura de Responsabilização robusta poder começar a resolver esta questão.²⁸

Quadro 2: Responsabilidade global e local

É necessário conseguir maior responsabilização e prestação de contas a nível nacional para melhorar o desempenho da Nova Aliança. Ao mesmo tempo, a iniciativa também necessita de uma liderança mais forte a nível global para assegurar que o desempenho das empresas e dos países contribui para o objectivo principal de redução da pobreza. Pouco depois do lançamento da Nova Aliança, criou-se um Conselho de Liderança (CL) para servir essa função, com a participação dos G8 e dos governos, empresas, OPs e sociedade civil dos países em desenvolvimento.

Na prática, delegou-se ao CL uma função de consultoria limitada sem responsabilidades concretas de tomada de decisões ou de fiscalização. Actualmente não tem termos de referência (TdR) nem mandato que esboce as funções e responsabilidades dos membros ou que articule claramente como o CL se relaciona com as funções de tomada de decisões da Nova Aliança. Sem estes TdR, o CL tem operado menos eficazmente e com menor transparência do que poderia.

Esta falha tem de ser solucionada imediatamente, e deve conferir-se maior responsabilidade ao CL para contribuir para as decisões relativas à forma e direcção geral da Nova Aliança, monitorizar as actividades empresariais, e para apoiar a análise das reformas de políticas de modo a assegurar que contribuem para os efeitos da redução da pobreza, da segurança alimentar e da nutrição.

Também se deve concentrar em explicar a utilização da assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) para as actividades da Nova Aliança. Os CFAs incluem pouca informação concreta sobre como o financiamento dos doadores irá apoiar as estratégias nacionais (CAADP) para o investimento da agricultura ou que financiamento dos doadores está a ser dedicado ao co-investimento em empresas da Nova Aliança.

Finalmente, o Conselho de Liderança tem de trabalhar melhor para estabelecer o diálogo a nível global e nacional. Actualmente, existe uma lacuna significativa entre as discussões de alto nível do CL e as que ocorrem a nível nacional. Aumentar a comunicação e o diálogo entre os protagonistas a estes níveis diferentes pode proporcionar um meio adicional de responsabilização tão necessária à Nova Aliança.

No papel, a Nova Aliança reconhece a necessidade de promover normas e salvaguardas que possam orientar eficazmente os investimentos empresariais e as reformas de políticas. Na prática, tem de se fazer muito mais para apoiar uma melhor gestão das terras e das sementes e para evitar danos aos pequenos produtores. Cada CFA inclui o compromisso de que todas as partes da Nova Aliança irão "tomar em conta as Directivas Voluntárias sobre a Gestão Responsável da Propriedade Fundiária, das Pescas e das Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional [VGGTs]... assim como os Princípios do Investimento Agrícola Responsável [PRAI] desenvolvido pelo IFAD, FAO, UNCTAD e o Banco Mundial.²⁹ Para além do mais, há linguagem geral ratificando um acordo para desenvolver programas experimentais de implementação nos países da Nova Aliança.

Tanto a nível global como nacional, tem havido discussões limitadas sobre como a Nova Aliança irá apoiar a implementação das VGGTs.³⁰ Atendendo ao número substancial de compromissos de reformas de políticas directamente relacionadas à propriedade da terra e à gestão dos recursos naturais, é claramente uma área que necessita de atenção imediata.

Para resolver esta questão, as VGGTs têm de ser implementadas na íntegra, não somente as que facilitam o investimento privado. Muitas das reformas propostas para as políticas relativas à terra são concebidas para simplificar os processos de modo a facilitar as transferências de terra ou a atribuição dos terrenos estatais. Por outro lado, a maioria dos CFAs não incluem mudanças de políticas para implementar ou reforçar os mecanismos de salvaguarda para proteger os direitos à propriedade, especialmente para as comunidades pobres e marginalizadas, que também fazem parte das VGGTs.³¹

Os CFAs apontam correctamente para a necessidade de situar a implementação das VGGTs no âmbito de um conjunto mais abrangente de directivas sobre investimentos responsáveis na agricultura. Neste momento, o Comité da Segurança Alimentar Mundial (CFS) está a liderar um processo para desenvolver exactamente esse tipo de normas – um processo que deveria terminar em 2014. Em vista deste esforço, é inapropriado utilizar os PRAI existentes, mesmo a nível experimental. Actualmente, os PRAI não têm legitimidade, uma vez que não foram elaborados de modo consultivo. Também têm sido criticados por serem vagos e não terem uma estrutura de implementação.³²

Entretanto, os governos deveriam promover e os investidores adoptar as normas existentes mais robustas para planear e medir o impacto das actividades de investimento, tal como os padrões de desempenho da International Finance Corporation³³ e as normas dos direitos humanos da ONU.³⁴ E é necessário que estejam disponíveis mecanismos de compensação claros e acessíveis em instâncias em que surgem reclamações por parte das comunidades.

A aplicação de padrões e salvaguardas na Nova Aliança pode garantir que as reformas de políticas e os investimentos empresariais não só não "prejudicam" as comunidades que rodeiam os locais onde se fazem os investimentos, mas afectam activa e positivamente os meios de subsistência dos pequenos produtores, particularmente as mulheres, ao mesmo tempo que também contribuem para a sustentabilidade ambiental. Esta é, no fim de contas, a meta da Nova Aliança como PPP centrada em aprofundar o impacto do desenvolvimento sobre as principais actividades empresariais das empresas participantes.³⁵

Impacto sobre os pequenos produtores

Um factor importante para determinar se a Nova Aliança irá contribuir para o crescimento abrangente e inclusivo da agricultura é a qualidade do envolvimento entre as empresas participantes e os pequenos produtores, o que requer, antes de mais, como disse um entrevistado, uma "visão clara para a função dos pequenos produtores". Sem uma função definida para os pequenos produtores e uma análise clara da produção existente a nível da comunidade e modelos e limitações de comercialização, a Nova Aliança arrisca-se a promover a produção à escala industrial sem ligação alguma aos produtores locais e aos mercados formais e informais que servem. Há também a questão adicional de que este modelo agrícola irá prejudicar o ambiente e comprometer as práticas agro-ecológicas e a capacidade dos pequenos produtores de se adaptarem às mudanças climáticas.

Compromissos empresariais e actividades agrícolas contratuais

Para algumas das empresas participantes, o resumo da informação nos CFAs proporciona pouca, ou, em alguns casos, nenhuma informação sobre como os investimentos irão envolver ou beneficiar os pequenos produtores. Em vez disso, os resumos das empresas descrevem os compromissos para ampliar a presença no mercado em termos de factores de produção tais como sementes, produtos químicos, agricultura mecanizada e equipamento de irrigação. Melhores factores de produção e o aumento da mecanização podem aumentar a produção agrícola, mas não irão contribuir para a redução da pobreza a não ser que se situem num contexto mais abrangente de regulamentos e políticas para proteger e promover os interesses dos trabalhadores agrícolas, dos pequenos produtores e do ambiente (por exemplo, utilização sustentável da terra e da água).

Este contexto mais amplo inclui, entre outras coisas, medidas que protegem a saúde dos trabalhadores agrícolas;³⁶ reduz os riscos que os pequenos produtores enfrentam ao adoptar novas tecnologias; melhoram a sustentabilidade ambiental das práticas agrícolas; e promovem os direitos dos pequenos produtores relativamente às sementes.³⁷ Estas questões não são abordadas nos CFAs.

Por outro lado, há diversos exemplos de compromissos específicos para se trabalhar com os pequenos produtores. Estes baseiam-se frequentemente em programas de produção sob contrato associando os pequenos produtores a núcleos maiores de operações agrícolas. Em Moçambique por exemplo, a Rei do Agro, uma empresa local com financiamento internacional opera desde 2010 cultivando um total de 2.300 hectares. Na estação de 2012/2013 contratou 50 pequenos produtores para cultivarem uma área adicional de cerca de 250 hectares. Neste acordo, os produtores sob contrato recebem factores de produção (sementes e produtos agro-químicos), extensão de serviços e preparação mecanizada dos campos e a Rei do Agro funciona como compradora.

Nas condições justas, a agricultura sob contrato pode desenvolver complementaridades entre os grandes e os pequenos produtores, oferecendo vantagens para ambos. A natureza exacta do que constitui um acordo justo é específica a cada contexto e depende não só das disposições do contrato, mas também do ambiente legal e regulamentar mais amplo dentro de um país.³⁸ No entanto, em geral, estes acordos não beneficiam os pequenos produtores num ambiente em que existem grandes assimetrias de informação ou onde as posições de negociação são desiguais entre os pequenos produtores/OPs e as empresas. Para beneficiar os pequenos produtores, as disposições contratuais têm de garantir que os riscos são partilhados de forma justa e comprometem as empresas a adquirir as colheitas a preços justos. As disposições devem ser transparentes e fáceis de entender e proporcionar mecanismos de compensação adequados para os pequenos produtores.

Como parte do compromisso com a Nova Aliança, a Rei do Agro planeia "aumentar a produção/contratação/acordos de repartição da produção" para rebentos de soja, milho e girassóis.³⁹ No entanto, o CFA de Moçambique não inclui informação detalhada sobre como a empresa irá estruturar estes acordos e, portanto, se os pequenos agricultores se irão sair bem. Claro que este problema não é apenas da Rei do Agro entre as empresas que participam na

O resumo da informação de 27 dos 38 MNEs na Nova Aliança não identifica objectivos ou estratégias específicos a alcançar ou para beneficiar os pequenos produtores.

Dados recolhidos dos CFAs.

Nova Aliança. Actualmente, a iniciativa não tem um mecanismo sistematizado (contratos modelo, assistência técnica, critérios de transparência, mecanismos de compensação, etc.) para garantir que se seguem as melhores práticas nos acordos dos contratos agrícolas.

Medição do impacto

Alguns representantes da empresa entrevistados descreveram os compromissos que têm para com a Nova Aliança em termos de ampliação das operações existentes e/ou aumento do número de pequenos produtores alcançados, em vez de lançar actividades empresariais completamente novas, o que sugere que muitos dos investimentos obtidos não eram novos, mas estavam em curso antes do lançamento da Nova Aliança. Apesar do facto de muitos destes planos de negócios serem anteriores à iniciativa, uma revisão das actividades das empresas da Nova Aliança levada a cabo por GROW Africa constatou que 61 por cento dos investimentos ainda se encontram na fase experimental.⁴⁰

Para complicar ainda mais o quadro e devido ao facto de muitos compromissos serem planeados em relação a actividades de negócios existentes, é difícil determinar, ao nível da comunidade, se os impactos se podem atribuir aos compromissos relacionados com a Nova Aliança ou a actividades anteriores a esta iniciativa.

Quadro 3: Recrutar as empresas certas para se conseguir redução da pobreza

A campanha para recrutar investimento privado não deve ser à custa da qualidade desses investimentos ou das empresas por detrás dos mesmos. O desempenho passado, especialmente no que diz respeito à interacção com as comunidades locais e os pequenos produtores deve fazer parte de um processo de avaliação deliberado antes de uma empresa ser convidada a aderir à Nova Aliança.

No entanto, o processo de recrutamento de uma empresa para a Nova Aliança parece ter sido *ad hoc*, em vez de se basear num conjunto específico de critérios ou numa análise abrangente do sector agrícola nos diferentes países. Para além do mais, não se usou nenhum processo de selecção formal para identificar as empresas participantes.

- No Gana, como noutros países, algumas firmas participantes podem ter sido seleccionadas devido às relações existentes com a USAID ou outros doadores. Como estas empresas, muitas delas PMEs, têm alguma experiência em trabalhar com os protagonistas do desenvolvimento em PPPs, é possível, embora não inevitável, que se encontrassem mais bem equipadas para conceber investimentos sensíveis às necessidades dos pequenos produtores.
- Na Tanzânia, uma das empresas que participa na Nova Aliança adquiriu terrenos aos quais as comunidades locais também reclamavam direito, o que levou a conflitos e eventualmente ao realojamento de alguns agregados familiares. Atendendo a esta história, há um certo cepticismo sobre se os investimentos desta empresa irão beneficiar as comunidades locais.⁴¹

Apoiar os pequenos produtores para que actuem colectivamente

Uma das lições iniciais desta revisão da implementação da Nova Aliança é a necessidade de voltar a centrar os compromissos, especialmente os compromissos dos governos e dos doadores, e a ordem do dia das reformas de políticas, para reforçar e capacitar as entidades colectivas que representam os interesses dos pequenos produtores, incluindo as redes informais e as organizações formalizadas de produtores, o que deve incluir encorajar a participação e a liderança das mulheres.

Vários representantes de empresas entrevistados para este estudo mencionaram que têm capacidade limitada e/ou pouco desejo de interagir directamente com pequenos produtores. As organizações de produtores, as organizações não-governamentais (ONGs) e as PME que actuam como intermediárias têm um papel crucial contribuindo para organizar os pequenos produtores e para servir de elo de ligação entre estes grupos e os protagonistas de maior dimensão nas cadeias de abastecimento. Esta abordagem tem a vantagem de permitir que os pequenos produtores reforcem o poder de negociação, melhorem o acesso ao crédito, aumentem as receitas, e administrem melhor os riscos que enfrentam.⁴² Ao mesmo tempo, é frequentemente mais fácil e mais eficiente para as empresas maiores trabalharem com grupos organizados de agricultores do que tentarem alcançar os agricultores individualmente.

Finalmente, os governos nacionais que participam na Nova Aliança têm de se lembrar que o modelo industrial de agricultura promovido em muitos compromissos empresariais irá alcançar somente um subconjunto de pequenos produtores – "os que podem.... fazer a transição para pequenas quintas familiares comercialmente viáveis".⁴³ Os investimentos e as actividades a serem levados a cabo no âmbito desta iniciativa não estão adaptados para alcançar pequenos produtores que não estão organizados, que participam principalmente em mercados informais, ou que têm pouco acesso ou controlo limitado sobre activos produtivos tal como a terra e a água. Para eles, os investimentos públicos, e mesmo os programas de contratação pública, são essenciais, o que dá realce à necessidade de garantir que o apoio dos doadores e dos governos anfitriões para esta iniciativa não seja à custa dos investimentos do sector público ou de políticas públicas melhores para satisfazer as necessidades dos pequenos produtores que não se encontram em posição de participar em cadeias de valor. As mulheres estão fortemente representadas nesta categoria e devem ser objecto de apoio adaptado, por exemplo, através de investimentos que aumentem a produção e a qualidade das colheitas que controlam, e ajudá-las a desenvolver competências e a melhorar a capacidade de participação nos mercados.⁴⁴ Tudo isto deve acompanhar o aumento do acesso das mulheres à protecção social, para melhorar e proteger as vidas e meios de subsistência das mesmas.

"Há um desafio claro sobre como as grandes empresas se adaptam aos pequenos produtores. Muito frequentemente, os pequenos produtores não têm a capacidade nem as competências para negociar contratos resolutos ou para gerir os riscos associados à agricultura sob contrato."

Entrevistado de Moçambique

3 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Há uma grande necessidade de investimentos ininterruptos públicos e privados nos países africanos para estimular um crescimento geral na agricultura. Também há oportunidades significativas para redução da pobreza e desenvolvimento. O crescimento da agricultura, no fim de contas, tem duas vezes maior probabilidade de melhorar as vidas das pessoas que vivem na pobreza do que os investimentos noutros sectores.⁴⁵

A dificuldade é identificar e apoiar investimentos privados responsáveis que beneficiem as comunidades locais e promovam a segurança alimentar. A Nova Aliança, tal como funciona actualmente, enfrenta grandes desafios no cumprimento deste objectivo e necessita de reformas sérias para resolver as insuficiências. Desde a promoção de uma maior participação dos intervenientes, que demasiado frequentemente ficam à margem das iniciativas globais deste tipo, ao repensar nos planos das reformas de políticas, a apoiar a aplicação de salvaguardas robustas, a necessidade de voltar a examinar a Nova Aliança é urgente.

Para a liderança da Nova Aliança (governos anfitriões e doadores) e as empresas em cada país, a Oxfam recomenda as acções que se seguem:

- Reforçar a função das OPs e dos grupos da sociedade civil, incluindo os que representam as mulheres, as pessoas pobres das zonas rurais e os consumidores. Reconhecê-los como parceiros de pleno direito na iniciativa e incluí-los nas plataformas de diversos intervenientes identificadas para a revisão e implementação das actividades da Nova Aliança. Os CFAs devem incluir compromissos específicos para as OPs; e os doadores e os governos anfitriões devem proporcionar apoio específico técnico e financeiro para lhes permitir participar nas actividades da Nova Aliança, o que inclui, sempre que necessário, proporcionar financiamento para melhorar a capacidade e aumentar o alcance destas organizações. Deve dar-se atenção específica à maior participação das mulheres e aumentar a liderança das mesmas.
- Os governos anfitriões devem voltar a examinar o conjunto existente de reformas de políticas propostas para determinar que impacto terá sobre os pequenos produtores, especialmente no que diz respeito ao acesso às terras e às sementes. Identificar e implementar reformas de políticas que reforcem as oportunidades para os pequenos produtores e contribuam para o desenvolvimento rural. As reformas de políticas não devem ser aceleradas simplesmente para cumprir os prazos definidos nos CFAs da Nova Aliança.
- As empresas, com o apoio dos governos anfitriões e doadores, devem identificar e aplicar as salvaguardas e normas existentes mais elevadas aos investimentos da Nova Aliança, e apoiar a implementação das VGGTs,⁴⁶ o que inclui levar a cabo avaliações do impacto ambiental e social dos investimentos propostos para identificar e mitigar as actividades que possam potencialmente ter consequências prejudiciais. Estas avaliações devem ser

realizadas como pré-requisitos para qualquer actividade de investimento das empresas a serem incluídas como parte dos compromissos da Nova Aliança. Além disso, também é necessário que existam mecanismos claros de compensação para as comunidades afectadas.

- Melhorar a transparência da iniciativa aumentando a informação disponível tanto a nível global como local. Como mínimo, todas as Cartas de Intenção devem estar disponíveis ao público para que os termos dos investimentos das empresas, os compromissos e os acordos, e o potencial impacto dos investimentos e das actividades possam ser avaliados antes de serem realizados.

No que diz respeito ao Conselho de Liderança da Nova Aliança, a Oxfam pede que se levem a cabo as seguintes acções:

- Esclarecer imediatamente as funções e responsabilidades do Conselho de Liderança para proporcionar fiscalização e poder de decisão à Nova Aliança, o que deve incluir um mecanismo específico no âmbito do CL para responsabilizar os países e as empresas pelos compromissos assim como pelo desempenho.
- Assegurar que a sociedade civil e as organizações de produtores do Sul estão representadas no CL. A situação actual em que o lugar das OSCs do Sul está por preencher é inaceitável e deve ser solucionada imediatamente. Deve proporcionar-se assistência financeira aos participantes do Sul para facilitar a participação dos mesmos.
- Desenvolver e aplicar ferramentas de selecção às empresas que desejem aderir à Nova Aliança. Estas ferramentas devem dar peso às PME's assim como às empresas que demonstrem evidência de êxito no trabalho com pequenos produtores e em investimentos que identifiquem claramente estratégias que contribuam para a sustentabilidade social e ambiental.
- Desenvolver e implementar uma orientação clara, a ser utilizada nos países anfitriões, no que diz respeito ao desenvolvimento e à implementação dos CFAs. Esta orientação deve incluir um plano claro para o envolvimento das OPs e das OSCs no processo de tomada de decisões de todas as actividades da Nova Aliança.
- Proporcionar apoio financeiro para a monitorização independente da Nova Aliança por parte de terceiros, para a determinar o que se está a fazer bem e o que tem de ser melhorado.

NOTAS

- 1 AU Maputo Declaration on Agriculture and Food Security in Africa.
<http://www.nepad.org/nepad/knowledge/doc/1787/maputo-declaration>
- 2 L'Aquila" Joint Statement on Global Food Security: L'Aquila Food Security Initiative (AFSI). <http://www.mofa.go.jp/policy/economy/summit/2009/statement3-2.pdf>. Dos 22 mil milhões dólares prometidos em L'Aquila, somente 6,8 mil milhões correspondiam a fundos novos ou adicionais ao financiamento existente.
- 3 FAO (2012) "The State of Food Insecurity in the World: Economic growth is necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition".
<http://www.fao.org/docrep/016/i3027e/i3027e.pdf>
- 4 UN Millennium Project Task Force (2005) "Halving Hunger: It can be done".
http://www.unmillenniumproject.org/documents/HTF-SumVers_FINAL.pdf
- 5 "Camp David Accountability Report: Actions, Approach and Results" (2012).
<http://www.state.gov/documents/organization/189889.pdf>
- 6 A Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA (USAID) calcula ter aproveitado USD383 milhões de dólares em investimentos privados através dos PPPs somente em 2012. Shah (2013) "USAID 2013 Annual Letter".
<http://transition.usaid.gov/annualletter/2013-annual-letter-r2.pdf>. Podem ver-se exemplos da dimensão e âmbito das parcerias público-privadas iniciadas pela UE em Conley, H e Dukkipati U. (2012) "Leading from Behind in Public Private Partnerships?" Uma avaliação do envolvimento europeu com o sector privado no desenvolvimento.
http://csis.org/files/publication/120207_Conley_LeadingPubPrivatePartnerships_web.pdf
- 7 US State Department (2012) "Fact Sheet: G-8 Action on Food Security and Nutrition", 18 de Maio de 2012. <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2012/05/18/fact-sheet-g-8-action-food-security-and-nutrition>
- 8 B Zagma (2011) "Land and Power: The growing scandal surrounding the new wave of investments inland", Oxfam.
<http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp151-land-power-rights-acquisitions-220911-en.pdf> e N. Tandon e M. Wegerif (2013) "Promises, Power and Poverty : Corporate land deals and rural women in Africa", Oxfam.
<http://www.oxfam.org/en/grow/policy/promises-power-and-poverty>
- 9 Para recolher informação para este relatório, realizaram-se estudos nacionais no Gana, em Moçambique e na Tanzânia. Recolheu-se informação adicional junto dos funcionários da Oxfam na Etiópia. A lista completa dos países que subscreveram desde o início inclui o Burkina Faso, a Costa do Marfim, a Etiópia, o Gana, Moçambique e a Tanzânia.
- 10 Nem todos os países lançaram formalmente a Nova Aliança. A lista de parceiros empresariais na Nova Aliança encontra-se no Acordo da Estrutura de Cooperação da Nova Aliança em cada país.
- 11 US State Department (2012) "Fact Sheet: G-8 Action on Food Security and Nutrition", 18 de Maio de 2012.
- 12 No entanto, como denota o primeiro Relatório anual de Progressos da iniciativa, ainda "não se compreendem bem as ligações entre o investimento, o crescimento agrícola e outros resultados importantes do desenvolvimento, tal como a segurança alimentar, a nutrição e a capacitação económica das mulheres". Nova Aliança para a Segurança Alimentar e a Nutrição "Resumo do Relatório do Progresso de 2013", p. 3.
https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/205885/New_Alliance_progress_report_May_2013.pdf
- 13 Dados resumidos dos resumos dos compromissos das empresas apresentados nos Acordos da Estrutura de Cooperação.
- 14 Os Acordos da Estrutura de Cooperação encontram-se em:
<https://www.gov.uk/government/organizations/department-for-international-development/series/the-new-alliance-for-food-security-and-nutrition-corporate-frameworks>
- 15 Em cada país da Nova Aliança, o CFA identifica um ou mais doadores que servem de "interlocutor(es) líder(es)" a nível nacional, responsáveis por coordenar a implementação da iniciativa.
- 16 <http://growafrica.com/>
- 17 O Conselho de Liderança é actualmente liderado pela União Africana e o RU. As

representações nacionais incluem a Etiópia, a Tanzânia, a Costa do Marfim e Moçambique, juntamente com representações de todos os 8 países do G8. Membros adicionais incluem representantes de NEPAD, IFAD, IFC e FAO. No caso do sector privado, os CEOs da Syngenta, Yara, Unilever, Cargill, Equity Bank, Omega Farms e Ghana Premium Foods integram o CL. Os participantes dos PPs e das OSCs incluem a Oxfam, a Federação de Agricultores da África Oriental e a Confederação de Sindicatos de Agricultores da África Austral. Há um lugar reservado para a voz de uma OSC do Sul que se encontra de momento vago.

- 18 O CAADP tem anos de experiência em procurar trazer as perspectivas dos PPs e das OSCs aos processos de decisão e para os investimentos agrícolas nos países africanos. Ver: Grupo de Trabalho do CAADP sobre Participação de Protagonistas Não Estatais (2011) "Guidelines for Non State Actor Participation in CAADP Processes". [http://www.caadp.net/pdf/Guidelines ~ Non State Actor participation in CAADP processes.pdf](http://www.caadp.net/pdf/Guidelines~NonStateActorParticipationinCAADPprocesses.pdf)
- 19 As organizações da sociedade civil têm feito diversas críticas à Nova Aliança. Na véspera do lançamento da Nova Aliança, a ROPPA, a Rede de Organizações de Agricultores e de Produtores Agrícolas da África Ocidental escreveu uma carta aberta ao Presidente da União Africana questionando a Nova Aliança. "Letter from African Civil Society Critical of Foreign Investment in African Agriculture at the G8 Summit" (15 de Maio de 2012) <http://www.foodfirst.org/en/Challenge+to+Green+Revolution+for+Africa>
- 20 Supõe-se que estas "Cartas de Intenção" especifiquem em maior detalhe do que está disponível nos CFAs. Esta informação iria, por exemplo, incluir a dimensão, prazos e posição geográfica das actividades dos investimentos, juntamente com detalhes sobre as ligações com os pequenos produtores e os impactos esperados.
- 21 B. Cooksey (2013) "The Comprehensive Africa Agriculture Development Programme (CAADP) and agricultural policies in Tanzania: Going with or against the grain?" https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.future-agricultures.org%2Fpp-conference-papers%2Fdoc_download%2F1646-caadp-and-agricultural-policies-in-tanzania-going-with-or-against-the-grain&ei=S8l4Up7wCoONygG2w4H4CA&usq=AFQjCNHmxqyPi1J4v6ReWhdcoNlgKkagYw&sig2=rS8aLDCXjEQzpcfzgc0mQ&bvm=bv.52164340,d.aWc
- 22 E. Sahan e M. Mikhail (2012) "Private Investment in Agriculture: Why it's essential and what's needed", Oxfam, <http://oxf.am/JCb>
- 23 FAO (2011) "State of Food and Agriculture: Women in agriculture: Closing the gender gap for development," Roma <http://www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e01.pdf>
- 24 B. Vorley, L. Cotula e M. Chun (2012) "Tipping the Balance: Policies to shape agriculture investment and markets in favor of small-scale farmers", Oxfam. <http://www.oxfam.org/en/grow/policy/tipping-balance>
- 25 Na prática, as empresas sugeriram que o ritmo actual de reforma de políticas está a limitar a própria capacidade de avançar com os investimentos. Conforme nota o Relatório de Progressos, "os parceiros do sector privado participaram diversas limitações significativas à implementação dos planos de investimento.... As três principais dificuldades identificadas em todos os países foram: a) Legislação, políticas ou regulamentos que limitam as operações das empresas; b) Capacidade do governo de reagir rapidamente; c) Acesso ao capital. "Nova Aliança - Relatório de Progressos", p. 6 Tanto no Gana como na Etiópia, indivíduos que conhecem a Nova Aliança notam que algumas reformas políticas estão longe de alcançar os objectivos, ou seja avançam mais lentamente do que tinha sido programado de acordo com o compromisso nacional.
- 26 B. Vorley, L. Cotula e M. Chun (2012) op cit.
- 27 Banco Mundial IEG (2012) "Doing Business: An Independent Evaluation. Taking the Measure of the World Bank-IFC Doing Business Indicators" http://www.dbrpanel.org/sites/dbrpanel/files/db_evaluation.pdf
- 28 Fez-se circular uma versão da Estrutura de Prestação de Contas aos membros do CL, mas ainda não foi adoptada.
- 29 Este texto é a norma em todos os CFAs revistos. Deve notar-se que a utilização dos PRAI tem sido severamente criticada, dado que não foram sancionados ou apoiados pelo Comité da Segurança Alimentar Mundial. O texto completo e outra informação sobre os PRAI encontra-se em: <https://www.responsibleagroinvestment.org/node/256>. O texto completo e informação suplementar sobre as VGGTs encontra-se em: <http://www.fao.org/nr/tenure/voluntary-guidelines/en/>
- 30 Esta questão não tem sido discutida a fundo nas reuniões do CL. E o estudo da Oxfam também não detectou esforços específicos da liderança da Nova Aliança a nível nacional para tirar conclusões da orientação técnica preparada pela FAO.
- 31 Ver por exemplo, VGGT Sec 3.3: "[Os estados devem salvaguardar os direitos legítimos à propriedade contra ameaças e transgressões. Devem proteger os proprietários dos terrenos contra a perda arbitrária do direito à propriedade, incluindo despejos forçados que são inconsistentes com as obrigações existentes no âmbito da

- lei nacional e internacional"; e mais geralmente a Secção 7.
<http://www.fao.org/docrep/016/i2801e/i2801e.pdf>
- 32 C. Huggins (2011) "Corporate "Responsibility and Human Rights Perspectives on the Global Land Rush". Cirad, International Land Coalition.
<http://www.landcoalition.org/publications/corporate-%E2%80%9Cresponsibility%E2%80%9D-and-human-rights-perspectives-%E2%80%9Cglobal-land-rush%E2%80%9D>
 - 33 IFC (2012) "IFC Performance Standards on Environmental and Social Sustainability",
http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/ifc+sustainability/publications/publications_handbook_pps
 - 34 Por exemplo, 'The Guiding Principles on Business and Human Rights: Implementing the United Nations "Protect, Respect and Remedy" Framework'. <http://www.business-humanrights.org/media/documents/ruggie/ruggie-guiding-principles-21-mar-2011.pdf>
Ver também o trabalho sobre esta questão realizado pelo Relator Especial para o Direito aos Alimentos, Olivier De Schutter, especialmente,
http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/srrtf_contractfarming_a-66-262.pdf
 - 35 Callan e Davies distinguem dois tipos de PPP: os que recrutam empresas para prover bens públicos tais como a educação e os serviços de saúde , e os que procuram aumentar o impacto do desenvolvimento das actividades empresariais principais. M. Callan e R. Davies (2013) "When Business Meets Aid: analyzing public-private partnerships for international development".
http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2252309
 - 36 Segundo a ILO, aproximadamente 10 por cento de todas as fatalidades entre trabalhadores agrícolas nos países em desenvolvimento, 17 mil pessoas por ano, são causadas por exposição a pesticidas ou produtos agro-químicos. Ver: "The ILO Programme on Occupational Safety and Health in Agriculture"
http://www.ilo.org/safework/areasofwork/WCMS_117367/lang--en/index.htm
 - 37 Estas questões são discutidas no relatório síntese sobre o projecto O Futuro da Agricultura. Ver Oxfam (2013) "The Future of Agriculture: Synthesis of an online debate," <http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/dp-future-of-agriculture-synthesis-300713-en.pdf>
 - 38 L. Wegner e G. Zwart (2011) "Who Will Feed the World? The production challenge", Oxfam, <http://oxf.am/43Q>
 - 39 Não se identificam números previstos específicos para esta actividade.
 - 40 'Secretariado de Grow Africa "Investing in the Future of African Agriculture: 1st annual report on private sector investment in support of country-led transformations in African agriculture" http://growafrica.com/Grow_Africa_Annual_Report_May_2013.pdf. O relatório inclui todos os compromissos das empresas dos países da Nova Aliança e ainda o Quênia e o Ruanda que são membros da iniciativa Grow Africa, mas não participam na Nova Aliança.
 - 41 ActionAid (2013) "What President Obama Should Know for His Upcoming Trip to Africa" <http://www.actionaidusa.org/2013/06/what-president-obama-should-know-his-upcoming-trip-africa-part-2-2-part-series>
 - 42 S. Baden (2013) "Women's collective action in African agricultural markets: The limits of current development practice for rural women's empowerment", Gender & Development Vol. 21, Issue 2.
<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13552074.2013.802882> - .Ui_YFrz4vn0
 - 43 2013 Nova Aliança, Relatório do Progresso, op. cit.
 - 44 S. Baden. op. cit.
 - 45 Banco Mundial (2008) "World Development Report: 2008: Agriculture for Development" Washington, Banco Mundial.
 - 46 Um passo inicial importante na implementação dos VGGTs é o desenvolvimento de plataformas de diversos intervenientes conforme recomendado na Secção 26.2, "Promoção, Implementação, Monitorização e Avaliação."

© Oxfam International Setembro de 2013

Este trabalho foi elaborado por Eric Muñoz. A Oxfam reconhece a assistência de Stephanie Burgos, Lies Craeynest, Tim Gore e muitas outras pessoas na elaboração deste trabalho. O trabalho faz parte de uma série de documentos escritos com o objectivo de contribuir para o debate público sobre questões de políticas de desenvolvimento e humanitárias.

Se desejar informação adicional sobre as questões mencionadas neste documento por favor envie um e-mail para advocacy@oxfaminternational.org

Esta publicação possui direitos de autor mas o texto pode ser usado gratuitamente para fins de direitos de defesa, campanhas, educação e pesquisa, desde que a fonte seja citada integralmente. Os detentores dos direitos de autor requerem que todos os usos dessa natureza sejam registados junto a eles para fins de avaliação de impacto. Para cópias em qualquer outra circunstância, para reutilização em outras publicações, para tradução ou adaptação, deve ser solicitada permissão e uma taxa pode ser cobrada. E-mail: policyandpractice@oxfam.org.uk.

As informações contidas nesta publicação estão correctas no momento em que foi encaminhada para impressão.

Publicado por Oxfam GB para a Oxfam International sob ISBN 978-1-78077-494-7 em Setembro de 2013.

Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK.

OXFAM

A Oxfam é uma confederação internacional de 17 organizações que trabalham juntas em 94 países, como parte de um movimento global pela mudança, para construir um futuro sem a injustiça da pobreza:

Oxfam América (www.oxfamamerica.org)

Oxfam Austrália (www.oxfam.org.au)

Oxfam-in-Belgium (www.oxfamsol.be)

Oxfam Canadá (www.oxfam.ca)

Oxfam França (www.oxfamfrance.org)

Oxfam Alemanha (www.oxfam.de)

Oxfam GB (www.oxfam.org.uk)

Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)

Oxfam Índia (www.oxfamindia.org)

Intermon Oxfam (www.intermonoxfam.org)

Oxfam Irlanda (www.oxfamireland.org)

Oxfam Itália (www.oxfamitalia.org)

Oxfam Japão (www.oxfam.jp)

Oxfam México (www.oxfamMexico.org)

Oxfam Nova Zelândia (www.oxfam.org.nz)

Oxfam Novib (www.oxfamnovib.nl)

Oxfam Québec (www.oxfam.qc.ca)

Por favor escreva a qualquer destas organizações se desejar informação adicional, ou visite www.oxfam.org. Email: advocacy@oxfaminternational.org